

# Defender o emprego, os direitos e os serviços públicos locais

19-Mar-2012

## ENCONTRO NACIONAL DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL

Os participantes no Encontro Nacional do Sector Empresarial Local condenam a intenção governamental de reduzir trabalhadores e destruir os serviços públicos locais, visando a sua privatização, e declararam a determinação de promover um forte combate aos princípios enunciados no Documento Verde para a Reforma da Administração Local. A Greve Geral do próximo dia 22 de Março constitui desde já um momento alto no combate dos trabalhadores do sector por estes objectivos.

O encontro, realizado no passado sábado, 17 de Março, em Aveiro, aprovou uma resolução onde são manifestadas preocupações pelo actual momento «grave da vida nacional e num quadro em que se desenvolve uma poderosa ofensiva contra a democracia, no ataque aos direitos dos trabalhadores e contra o poder local democrático, com o objectivo de o dismantlar e reduzir fortemente a sua capacidade de intervenção na melhoria das condições de vida das populações e como espaço de resistência colectiva ao avanço das políticas de mercantilização e privatização.»

Na resolução, que será entregue ao primeiro-ministro numa audiência solicitada pelo STAL para amanhã, 20 de Março, são condenadas as intenções do Governo que apontam para a redução do número de trabalhadores no sector e de extinção de diversas entidades empresariais em função de critérios de rentabilidade e puramente economicistas, «não se preocupando em saber se estas entidades são úteis ou não para as populações».

Os participantes no encontro consideram por isso que «são sinuosos e perigosos os caminhos que a coligação de Passos/Portas pretendem trilhar», pelo que decidiram:

1. Apelar à determinação e ao empenhamento de todos os trabalhadores em cada local de trabalho na unidade na acção, na defesa dos seus direitos e participar de forma empenhada na Greve Geral de 22 de Março marcada pela CGTP-IN, contra a intenção do Governo, imposta pelo OE, de reduzir salários, subsídios e alterar as regras e valores do horário de trabalho ao mesmo tempo que propõe na AR uma nova e criminosa alteração ao Código do Trabalho.

2. Intensificar o combate ofensivo do Governo contra o Poder Local Democrático e contra a privatização de serviços públicos essenciais, na defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações.

3. Combater a proposta de revisão do Código do Trabalho (Proposta de Lei 46/XII) e a intenção anunciada de reduzir trabalhadores na Administração Local, na defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos.

4. Promover o empenhamento no combate à privatização de serviços públicos essenciais e em particular da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, em torno da Campanha Água de todos, exigindo o cumprimento pelo Estado das funções sociais a que está obrigado.

5. Mandatar os órgãos da Direcção para proceder a entrega ao Primeiro-Ministro da presente Resolução transmitindo a vontade dos trabalhadores presentes em Aveiro, a 17 de Março de 2012, de defesa intransigente dos serviços públicos da Administração Local, do SEL, dos direitos laborais e aos aumentos salariais.

6  Propor uma jornada de luta do sector para a 2ª quinzena de Abril caso se mantenha este ataque inqualificável ao Poder Local Democrático e ao Sector Empresarial Local.

 17-03-2012 - Encontro trabalhadores do SEL - Ofício enviado ao Primeiro Ministro (199.6 kB)

 17-03-2012 - Encontro trabalhadores do SEL - Resolução Aprovada (143.53 kB)



